

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IV - Nº 737 - BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 7 DE OUTUBRO DE 1998

Antonio Carlos quer votar reformas até o fim do ano

Votação do ajuste fiscal, da reforma previdenciária e dos cortes no Orçamento começa logo depois do segundo turno



O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, diz que as reformas são necessárias para "não deixar o país quebrar"

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), disse ontem que o Congresso deverá votar no máximo até dezembro a reforma previdenciária, os cortes no Orçamento e as demais medidas apontadas pelo governo como necessárias para equilibrar receitas e despesas públicas e assim enfrentar a crise econômica.

"Vamos iniciar a tramitação logo e começar a votar assim que acabar o segundo turno", afirmou ACM. Segundo ele, não é propósito do governo aumentar impostos, mas medidas nessa linha poderão ser propostas "para não deixar o país quebrar". Para o

senador Edison Lobão (PFL-MA), o Congresso deve liderar a busca de soluções para a crise econômica brasileira.

PÁGINA 3

"Vitória de FHC é boa para o país"

O senador Antonio Carlos Magalhães garantiu, ao comentar o resultado das eleições, que "a grande vitória do presidente Fernando Henrique Cardoso é boa para o Brasil e para o mundo". Segundo o presidente do Senado, não há razão para considerar o resultado uma vitória da oposição, pois os números mostram outra realidade, com recorde de votos para Fernando Henrique. Ele negou, ainda, que tivesse feito declarações contra o ex-governador Paulo Maluf.

PÁGINA 3



O senador Ramez Tebet é o autor do projeto

FGTS poderá ser usado na educação

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) apreciará projeto que autoriza o uso do FGTS para pagar gastos com o ensino médio e superior.

PÁGINA 4

CCJ

Comissão debate mudança no voto

A adoção do voto distrital misto nas próximas eleições para a Câmara dos Deputados é um dos principais temas da pauta da reunião que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza hoje a partir das 10 horas. A proposta é de autoria do senador licenciado e atual ministro da Saúde, José Serra (PSDB-SP). Defensor da idéia, o relator, senador José Fogaça (PMDB-RS), diz que a sua implementação diminuirá a prática



da corrupção e a influência do poder econômico no processo eleitoral.

PÁGINA 2

PLENÁRIO

Senadores discutem teto para gastos municipais

Hoje é o penúltimo dia de discussão da proposta de emenda constitucional que fixa limite de despesas para as câmaras municipais. O relator, senador Jefferson Péres (PSDB-AM), é favorável à aprovação da matéria com alterações.

PÁGINA 2



Senadores vão apreciar ensino obrigatório de espanhol

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h - Saúde Todo Dia - Atividade: Natação para bebês
6h30 - Especial/UNIP - Assunto: Crenças Populares - 1ª parte
7h - Saúde Todo Dia - Atividade: Remo
7h30 - Especial/UNIP - Assunto: Estrabismo - 1ª parte
8h - Saúde Todo Dia - Atividade: Natação para bebês
8h30 - Especial/UNIP - Assunto: Crenças Populares - 1ª parte
9h - Cores do Brasil - Assunto: estado do Espírito Santo
9h30 - Entrevista - Francy Soares, doutor em Administração, fala sobre a reformulação da CLT
10h - Comissão de Constituição e Justiça
12h - Cores do Brasil - Assunto: reserva biológica
12h30 - Entrevista - Francy Soares, doutor em Administração, fala sobre a reformulação da CLT
13h - Cores do Brasil - Assunto: estado do Ceará
13h30 - Agenda Econômica - "Os estados e a crise financeira", com a participação do professor Carlos Eduardo Freitas, da Fundação Getúlio Vargas
14h30 - Sessão Plenária (ao vivo) - Deliberativa
18h30 - Entrevista - Francy Soares, doutor em Administração, fala sobre a reformulação da CLT
19h - Cores do Brasil - Em destaque, o estado do Amazonas
19h30 - Agenda Econômica - "Os estados e a crise financeira", com a participação do professor Carlos Eduardo Freitas, da Fundação Getúlio Vargas
20h30 - Jornal do Congresso

Senado em Pauta
21h - Documentário - "China, o Ponto de Mutação"
22h - Sessão Plenária (reapresentação)
23h - Agenda Econômica - "Os estados e a crise financeira", com a participação do professor Carlos Eduardo Freitas, da Fundação Getúlio Vargas
0h - Entrevista - Fernando César Mesquita entrevista a colunista do *Jornal do Brasil*, Dora Kramer, sobre perspectivas políticas
Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala, Cidadão".

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
8h10 - Música e informação
10h - Reunião da Comissão de Constituição e Justiça (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
14h30 - Sessão plenária (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
19h - "A Voz do Brasil"
Em seguida - Música e informação
20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"
Em seguida - Música e informação
21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte / Centro-Oeste"
Em seguida - Música e informação
21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul / Sudeste"
Em seguida - Música e informação
0h - Reprise da sessão plenária
Em seguida - Música e informação

Plenário discute limites para despesas das câmaras

Proposta do senador Esperidião Amin, com substitutivo do senador Jefferson Péres, tem o objetivo de reduzir gastos dos legislativos

O Senado realiza hoje o penúltimo dia de discussão da emenda constitucional do senador Esperidião Amin (PPB-SC) que fixa limites de despesas com o funcionamento dos legislativos municipais. Pela proposta, esses limites devem corresponder a percentual da receita tributária própria do município, somada às transferências que lhe cabem em razão do sistema constitucional de repartição das receitas tributárias. O parecer do relator, senador Jefferson Péres (PSDB-AM), é favorável, com

substitutivo.

ESPAÑHOL

Em turno suplementar, o Senado discute hoje substitutivo a projeto de iniciativa do presidente da República que torn obrigatória a inclusão do ensino da língua espanhola nos currículos plenos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus. Designado pela Comissão Diretora, o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) apresenta o texto da redação final.

Também em turno suplementar, o plenário deverá

discutir substitutivo da Casa a projeto oriundo da Câmara dos Deputados que determina avaliação psicológica periódica dos integrantes das polícias e corpos de bombeiros militares e civis. É ainda o senador Ronaldo Cunha Lima quem oferece o texto da redação final.

Na mesma sessão, o plenário deve votar requerimentos dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Vilson Kleinübing (PFL-SC) solicitando a tramitação conjunta de projetos que versam sobre matérias correlatas.

CCJ examina proposta de adoção do voto distrital misto

A adoção do voto distrital misto nas eleições para a Câmara dos Deputados é um dos itens que constam na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que se reúne hoje, às 10h. A proposta de emenda à Constituição, de autoria do senador José Serra (PSDB-SP), atual ministro da Saúde, tem parecer favorável do senador José Fogaça (PMDB-RS).

Pela proposta, 25% das vagas da Câmara deverão ser preenchidas por deputados eleitos pelo sistema proporcional, nas circunscrições estaduais, enquanto as demais serão ocupadas por deputados eleitos em distritos uninominais, pelo critério majoritário.

No parecer, José Fogaça diz que a medida aperfeiçoará o sistema eleitoral, pois diminui-

rá a prática de corrupção e a influência do poder econômico nas eleições, além de aproximar mais os eleitores dos candidatos.

erotismo. Com parecer favorável do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), o projeto proíbe empresas jornalísticas e similares de divulgar números de telefones para ligações eróticas, o chamado "sexo por telefone". As penas previstas para quem desobedecer à norma proposta variam de três meses a um ano de detenção e as multas de um a 20 salários mínimos. O outro projeto, da senadora Benedita da Silva (PT-RJ), proíbe a exigência de "boa aparência" nos anúncios de recrutamento e seleção de

pessoal. O relator da matéria, senador Esperidião Amin (PPB-SC), deu parecer favorável, argumentando que a medida aperfeiçoa o sistema jurídico, eliminando obstáculos, muitas vezes preconceituosos, para a obtenção do emprego.



Comissão deve discutir, além do voto distrital, dois projetos de lei com caráter terminativo

Dois projetos de lei com caráter terminativo destacam-se na pauta da CCJ. Um dos projetos, de autoria do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), trata da divulgação, pelos veículos de comunicação de massa, de produtos e serviços relacionados a sexo e

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
 - Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade
Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo
Arte: Antonio Nogueira

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

ACM: Congresso deve ajudar a superar crise

Presidente acredita que o Congresso deverá votar, até o final do ano, pelo menos três medidas fundamentais para conter as dificuldades econômicas: o ajuste fiscal, a reforma da Previdência e os cortes orçamentários

Série pode ter a biografia de Lucena



Ronaldo

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) apresentou ontem requerimento propondo homenagear o falecido senador Humberto Lucena (PMDB-PB) com a publicação, ainda este ano, de sua biografia e atuação parlamentar, como parte da série da coleção "Grandes Vultos que Honraram o Senado". Esta coleção, lembrou o senador, foi criada com o fim de homenagear ex-senadores que se destacaram pelo esforço em favor da democracia e do Legislativo.

Senado reverencia memória de Costa

Em homenagem à memória do ex-senador Alexandre Costa (PFL-MA), falecido recentemente, o Senado suspendeu a sessão deliberativa de ontem. Requerimento nesse sentido aprovado pelo plenário, de autoria dos senadores Edison Lobão (PFL-MA), José Sarney (PMDB-AP) e Bello Parga (PFL-MA), solicitava ainda a inserção em ata de voto de profundo pesar.

Lobão lembrou o trabalho de Alexandre Costa durante décadas, principalmente nas quatro legislaturas em que esteve no Senado. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, também homenageou o senador maranhense.

Tebet homenageia Plínio Barbosa



Ramez Tebet

O plenário aprovou ontem requerimento de pesar, apresentado pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), pela morte do ex-deputado sul-mato-grossense Plínio Barbosa Martins. Tebet ressaltou as atividades políticas de Plínio de vereador a deputado federal por dois mandatos.

Em aparte, o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) disse que Plínio foi um político que sempre assumiu suas responsabilidades como homem público.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem que o Congresso precisa aprovar, até o final deste ano, pelo menos três medidas necessárias à contenção da crise econômica: o ajuste fiscal, a reforma da Previdência e os cortes no Orçamento.

– Vamos iniciar a tramitação logo e começar a votar assim que acabar o segundo turno, para terminar até dezembro – disse.

Antonio Carlos enfatizou que o

aumento de impostos não é propósito do governo, mas poderá ser adotado, "na falta de alternativa para não deixar o país quebrar", ressaltou.

Para o senador, o aumento da alíquota da CPMF poderá ser uma saída, por poupar mais as camadas pobres e não envolver a máquina administrativa na cobrança, mas ele não simpatiza com a idéia de tornar a contribuição permanente.

Quanto à reforma da Previdência, Antonio Carlos lembrou que seu filho, o deputado Luís Eduardo, esforçou-se muito pela aprovação, prevendo a hipótese de se chegar à situação difícil que o país vive hoje.

– Foi um erro o Congresso não ter votado a matéria. Faltou compreensão e espírito público.

Na opinião do presidente do Senado, caberá ao Congresso decidir sobre os cortes orçamentários

dentro de um teto pedido pelo governo, e nenhuma região será poupada. Ele confirmou a necessidade de corte de subsídios e defendeu alterações no funcionamento de órgãos regionais "obsoletos e anacrônicos" como a Sudene, assim como a aplicação da reforma administrativa, que, segundo ele, "não se resume a demitir funcionários, mas consiste em adaptar a máquina de governo às necessidades do país".

"Vitória é boa para o Brasil", diz senador

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ressaltou ontem a importância da vitória alcançada pelo presidente da República nas eleições de domingo, incluindo a manutenção da base de apoio do governo no Congresso, e corrigiu informações veiculadas na imprensa sobre as apurações na Bahia.

– Quero chamar a atenção para a grande vitória do presidente Fernando Henrique. É bom para o Brasil e bom para o mundo. O governo conserva a sua base no Congresso, e o presidente teve um recorde de votos na história do país – disse.

Antonio Carlos reclamou que "a mídia quer transformar o resultado em vitória do PT", quando os números mostram outra realidade.

– Por que diminuir o que é grande? O presidente candidatou-se a um

segundo mandato e venceu já em primeiro turno, por uma diferença de votos ainda maior do que a registrada na eleição anterior. Portanto, não cabe este tipo de interpretação – afirmou.

O senador comentou também a eleição na Bahia, desmentindo que o presidente tivesse perdido a eleição em seu estado, conforme chegou a ser publicado.

– Na Bahia, tivemos uma vitória esmagadora em todos os sentidos. Para presidente, vamos ganhar por mais de 700 mil votos. Não perdemos em todas as cidades onde houve urna eletrônica, conforme foi dito, mas apenas em Salvador, ganhando nas outras: Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Vitória da Conquista e Jequié. Para governador, de 415 municípios, só perdemos em dois.

Lobão: Congresso deve liderar busca de solução

"Não podemos decepcionar o povo brasileiro; é preciso manter as conquistas da estabilização", afirmou ontem o senador Edison Lobão (PFL-MA), ao sustentar que é hora de o Legislativo mostrar capacidade de liderança e de estar à altura do desafio econômico enfrentado pelo Brasil.

Para ele, o país não pode mais contar com capital volátil internacional para equilibrar as contas externas. Lobão explicou que esse ajuste deve ser exigido da União, estados e municípios, Exe-

cutivo, Judiciário, Legislativo e sociedade organizada.

Em aparte, Lauro Campos (PT-DF) disse que a potencialidade da crise vai fazer com que ela se revele muito mais abrangente que a de 1929.

Josaphat Marinho (PFL-BA) também apartou para afirmar que o discurso feito pelo presidente Fernando Henrique Cardoso antes da eleição não valeu como indicação precisa das providências necessárias para a solução da crise.



Lobão: não podemos decepcionar o povo



Antonio Carlos disse que apóia Maluf desde o primeiro turno mas não participará da campanha

Declarações sobre Paulo Maluf são desmentidas

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, desmentiu declarações que lhe foram atribuídas em matéria publicada na edição de ontem do jornal *Folha de S. Paulo* – "eu não gosto de Maluf, nunca gostei de Maluf" – a respeito do candidato do PPB ao governo de São Paulo.

– A entrevista da *Folha de S. Paulo* é perfeita, salvo nessa parte, até porque tem cacófatos ali que eu jamais seria capaz de dizer – afirmou.

O senador reiterou que já apoiou Maluf no primeiro turno e vai continuar a fazê-lo no segundo, mas afastou a possibilidade de vir a participar diretamente da campanha em São Paulo e outros estados

onde a decisão ficou para o segundo turno.

– O que eu puder fazer pelo meu partido eu faço, mas o meu dever é com a Bahia, e lá a vitória foi esmagadora – disse.

Sobre a possibilidade de entrar na campanha de César Maia, no Rio, ou de Maluf, Antonio Carlos garantiu que isto não é necessário, e que os dois têm todos os elementos para chegar à vitória.

Ele não quis opinar sobre como o presidente Fernando Henrique deverá se comportar, alegando que a decisão é pessoal. Reconheceu, porém, que o presidente, se quiser, poderá apoiar o candidato de partido da coligação, abstendo-se no caso de dois aliados disputarem.

FGTS poderá ser usado para pagar mensalidades escolares

Alunos de ensino médio e superior seriam beneficiados por projeto do senador Ramez Tebet, que será apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), deverá examinar brevemente, em caráter terminativo, projeto que permite ao trabalhador a utilização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de anuidades do ensino médio e do superior. O parecer do relator, senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), é favorável à matéria.

A proposta, de autoria do senador Ramez Tebet (PMDB-MT), prevê que as parcelas de anuidade escolar do trabalhador, sua esposa e filhos, matriculados em instituições privadas de nível médio ou superior, poderão ser pagas com recursos provenientes do FGTS.

Tebet destaca na justificativa do projeto que o seu objetivo é o de assegurar ao trabalhador e sua família condições de permanência em colégio ou universidade privada, para concluírem o curso. O senador argumenta que aqueles que demonstrarem capacidade para ter acesso a escolas de ensino médio e aos níveis mais elevados do ensino (por terem sido aprovados em processo seletivo) merecem o apoio da sociedade.

Outro ponto destacado por Tebet é o caráter corretivo do projeto. Ele lembra que as classes mais privilegiadas podem manter seus filhos nas melhores escolas particulares e em "caríssimos cursinhos", e por isso eles conseguem ocupar a maioria das vagas das universidades públicas, que são gratuitas e possuem melhor qualidade de ensino.

Enquanto isso, prossegue o senador, os filhos dos trabalhadores e eles próprios são obrigados a estudar em escolas públicas de nível médio, a maioria delas transmitindo um ensino de "péssima qualidade", o que dificulta seu ingresso em universidades públicas.

FGTS PARA PAGAR A ESCOLA

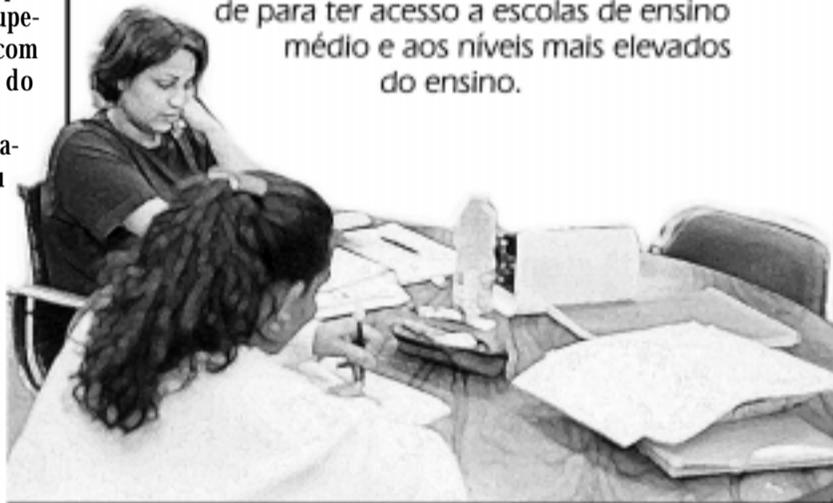
O que prevê o projeto do senador Ramez Tebet:

- as parcelas de anuidade escolar dos trabalhadores (ou das esposas e filhos), matriculados em instituições privadas de nível médio ou superior, poderão ser pagas com recursos provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

E quais são os seus principais objetivos:

- permitir que o trabalhador e sua família possam continuar nos colégios ou universidades privadas até a conclusão do curso.

- apoiar aqueles que demonstrarem capacidade para ter acesso a escolas de ensino médio e aos níveis mais elevados do ensino.



Saad destaca 60 anos do jornal goiano *O Popular*

Ao destacar a importância da imprensa livre nos regimes democráticos, o senador José Saad (PMDB-GO) homenageou ontem o jornal goiano *O Popular* pela passagem do seu 60º aniversário de existência. O senador informou que o diário, criado por Joaquim Câmara Filho, tem uma tiragem diária de 45 mil exemplares, chegando aos 68 mil exemplares aos domingos e colocando-se como o segundo jornal mais lido em toda a região Centro-Oeste.

Saad destacou a convivência diária dos goianos com o jornal *O Popular* e a relação de amizade que surgiu daí. "Ao contrário da gente comum, em cuja alma e corpo a passagem dos anos imprime suas marcas, o jornal *O Popular*, paradoxalmente, quanto mais velho fica, mais jovem, mais ágil parece", disse.

Para o senador, o jornal *O Popular* tem cumprido o papel de contribuir para o desenvolvimento do estado de Goiás. "Jornal de posições definidas e cobertura isenta, *O Popular* nunca deixou de defender e discutir os interesses do povo goiano, fazendo jus ao respeito e ao carinho de que desfruta junto a seus leitores", concluiu o senador José Saad.

Osmar defende atenção especial à agricultura

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) afirmou ontem que a discussão sobre como reduzir o déficit das finanças públicas em contexto de crise global e nacional não deve omitir a consideração de um setor fundamental como a agricultura, capaz de minimizar os problemas do déficit na balança comercial, do desemprego e da geração de renda e trabalho. Ele dis-

se que trabalho e produção são a velha receita de combate às crises que deve, mais do que nunca, ser agora empregada.

Para tanto, o senador defende mudanças no setor agrícola do país, que, a seu ver, está longe de alcançar seu potencial produtivo, estagnado, nos últimos anos, numa produção em torno de 80 milhões de toneladas de grãos ao ano.

Projeto de Melo prevê tarifa social de energia

Projeto de lei apresentado ontem pelo senador Geraldo Melo (PSDB-RN) institui tarifa de energia elétrica de R\$ 2,00 para consumidores de baixa renda. A "tarifa social", conforme denomina o projeto, teria validade de cinco anos. Teriam direito ao benefício os consumidores que possam demonstrar um pagamento continuado do equivalente a até R\$ 5 mensais durante pelo

menos seis meses.

Além destes, outros usuários poderiam ser beneficiados, a partir de critérios fixados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) num prazo máximo de 60 dias. Geraldo Melo quer evitar que a nova política de preços imposta pela privatização no setor elétrico alije do mercado consumidor as famílias que não podem pagar.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 7 DE OUTUBRO DE 1998

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

- ▶ 10h - Despacho interno
- ▶ 14h30 - Preside Sessão Deliberativa Ordinária
- ▶ 15h30 - Inauguração da "Central de Informação e Documentação Ambiental Deputado Luís Eduardo Magalhães". Espaço Cultural Guimarães Rosa - Térreo do Ministério do Meio Ambiente

PLENÁRIO

- ▶ 14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária
Pauta: *Quarto dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 15/98, que dispõe sobre o total da despesa com o funcionamento do Poder Legislativo municipal; *PLC nº 55/96, que torna obrigatória a inclusão do ensino da língua espanhola nos currículos plenos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus; *PLC nº 21/97, que dispõe sobre norma geral de organização que torna obrigatória a avaliação psicológica periódica dos integrantes das polícias e corpos de bombeiros militares e civis; *Requerimento nº 455/98, do senador Eduardo Suplicy solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 81/95 e 129/98, por versarem sobre as sociedades cooperativas; e *Requerimento nº 473/98, do senador Vilson Kleinübing solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 217/97, com os de nºs 51 e 137/96 por versarem sobre legislação do Imposto de Renda das pessoas físicas.

COMISSÕES

- ▶ 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Apreciação de diversos projetos, destacando-se: *PLS nº 266/96, que estabelece diretrizes para o exercício do poder concedente e para o interrelacionamento entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios; *PEC nº 52/95, suprime o parágrafo 3º do artigo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; *PLS nº 230/95, que dispõe sobre as operações de Fomento Mercantil - Factoring; *PLS nº 241/97, que dispõe sobre a discriminação praticada contra servidores anistiados; *PLS nº 125/97, que autoriza municípios a formarem consórcio para implementar política comum de desenvolvimento; *PLS nº 30/97, altera a Lei nº 7.210/84 - Lei de Execução Penal, que dispõe sobre ressarcimento ao Estado de despesas com manutenção de presos e condenados; *PLC nº 12/98, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação dos índices de evasão e repetência nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio; e *PLC nº 52/94, que dispõe sobre o arquivamento e a eliminação de processos judiciais. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 05